

ARTIGO - GT07 - GESTÃO SOCIAL, PODER LOCAL E DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL

**OS EFEITOS SOCIAIS RESULTANTES DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO
SÃO FRANCISCO NA COMUNIDADE RURAL DO ASSENTAMENTO SERRA
NEGRA EM FLORESTA/PE**

Fabiola Maria Silva Costa Pinto (fabiola.mscp@gmail.com)

Jaqueline Guimaraes Santos (jaqueline.santos2@academico.ufpb.br)

Leticia Amorim Da Silva (lcamorim83@gmail.com)

O território brasileiro é amplamente reconhecido por possuir uma das maiores reservas de água doce do mundo, abrigando aproximadamente 12% das reservas globais. As regiões Norte e Sudeste possuem as maiores concentrações de água do Brasil; já o Nordeste é um território onde a resistência cotidiana é histórica, pois a população sofre pela falta de acesso à água e luta diariamente pela preservação de suas raízes culturais, pelo cultivo em sua terra fértil, pela fonte de renda advinda de seu trabalho na agricultura e na caprinocultura, pela dignidade humana e segurança hídrica (Rebouças 2003 apud Castro, 2022).

No tocante ao Nordeste e sua capacidade hídrica, é válido mencionar que o rio São Francisco possui uma considerável relevância nacional, pois sua capacidade corresponde, atualmente, a 70% da disponibilidade de água da região, onde vivem 28% da população brasileira e representa 3% da água do país (Brasil, 2018).

Segundo o Comitê da Bacia do Rio São Francisco (2025), a bacia hidrográfica do São Francisco, possui uma extensão territorial de 639.219,4 km², que corresponde a cerca de 8% do território nacional e abrange uma diversidade de ecossistemas e biomas. Essa extensa área, compreende desde o semiárido nordestino até regiões mais úmidas de Minas Gerais e Goiás, o que confere à bacia um papel estratégico para o desenvolvimento socioeconômico do país.

A partir de estudos socioeconômicos do Governo Federal a respeito dos desafios climáticos e de disponibilidade de água no Nordeste, em 2007 foi iniciada a implantação do PISF - Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional que visa a interligação das bacias hidrográficas do rio São Francisco com outras bacias do Nordeste Setentrional. Tem como objetivo garantir o abastecimento de água em regiões áridas e semiáridas do Nordeste brasileiro, onde a escassez hídrica é uma realidade constante e faz parte de toda a historicidade deste local. São cerca de 12 milhões de pessoas e 390 municípios distribuídos nos estados do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte que estão sendo beneficiados pelo projeto hídrico (Brasil, 2019).

De acordo com a CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba toda a infraestrutura hídrica do projeto possui extensão de 477 km organizados em dois eixos de transferência de água - Norte e Leste (Brasil, 2017). Os eixos Norte e Leste atravessam diversos municípios dos estados de Pernambuco (PE), da Paraíba (PB) e do Ceará (CE).

O eixo Leste é um trecho muito importante para os Estados de Pernambuco e Paraíba, iniciando no lago da barragem de Itaparica localizado em Floresta, cidade do sertão pernambucano, finalizando em Monteiro na Paraíba (Brasil, 2019). Sobre tudo, o eixo Norte tem início com a captação no Rio São Francisco, situada após o Reservatório de Sobradinho e a montante da Ilha Assunção, próximo a Cabrobó, no sertão de Pernambuco e, também, é considerado o principal trecho do Ceará que abrange o reservatório de Jati, no município Jati, passa através de aquedutos por Brejo Santo (CE) e finaliza em território paraibano na cidade de Cajazeiras (Ministério do Desenvolvimento Regional, 2021).

Segundo Ribeiro (2008), fatores como a escassez hídrica causada por mudanças climáticas e a distribuição desigual da água, influenciada por decisões políticas, contribuíram para o agravamento da crise hídrica. O mais impactante é que, embora no

passado, essa crise fosse vista como um problema exclusivo de países pobres e marginalizados, ela rapidamente se tornou uma preocupação global.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível destacar o objetivo deste artigo que foi compreender como o Assentamento Serra negra, comunidade rural localizada no entorno do PISF em Floresta/PE, tem acesso à água e, também, identificar os desafios enfrentados.

Com base na análise da Política Nacional dos Recursos Hídricos e aporte teórico sobre a temática, foram levantados pontos necessários para reflexão e compreensão da organização e do controle do uso da água no Brasil (Brasil, 1997). O referencial se desenvolveu mediante o embasamento teórico a partir dos subcapítulos: Transformação da natureza: um olhar a partir da ecologia política; Usos da água: a apropriação econômica no Brasil; Conflitos ambientais em torno da água no Nordeste brasileiro.

Este artigo possui abordagem qualitativa e exploratória, a fim de coletar, registrar, observar e analisar os dados para efetivação da pesquisa. Ainda, utilizou-se da pesquisa bibliográfica, documental e investigação de fontes secundárias como sites, documentos do Governo Federal e relatórios de agentes regulamentadores da água no Brasil para entender os objetivos, finalidades e abrangência do PISF.

A coleta de dados se deu a partir da entrevista narrativa, com base em um roteiro semiestruturado que foi aplicado durante a pesquisa de campo no Assentamento Serra Negra na cidade de Floresta-PE, território este fissurado a partir da implantação do aqueduto do trecho V do eixo Leste do PISF. Assim, a finalidade foi compreender como a comunidade que está localizada na zona rural e nas proximidades do projeto consegue ter acesso à água e, também, identificar quais os desafios encontrados. Por fim, a Análise Temática permitiu a construção do avanço do conhecimento científico deste estudo.

Cabe salientar, portanto, que há restrições no tocante ao acesso da água do PISF, pois os órgãos competentes precisam autorizar e avaliar a captação da água pelas famílias que vivem no entorno dos aquedutos do projeto. A partir disso, conclui-se que nas residências da comunidade do Assentamento Serra Negra, não há água encanada sequer para finalidades básicas do consumo humano, sendo o único abastecimento de água através de Carros-pipa, que é realizado mediante intervenção do Governo Federal e Prefeitura Municipal.

Diante da perspectiva analítica, é possível afirmar que a existência da água da Transposição do rio São Francisco no território não representa a efetividade do acesso à água e, isso, é um desafio diário enfrentado pela população do Assentamento Serra Negra e de muitas outras comunidades que sobrevivem neste território hidrossocial. Na maioria das vezes, é necessária a resistência cotidiana e comunitária ao poder estabelecido, que é o Governo Federal, para possuir o acesso à água, tendo em vista que o projeto tem objetivo de atender às grandes cidades.

Conclui-se que, mesmo sem autorização, muitas famílias do assentamento resistem às determinações de captação da água do PISF, instalando bombas d'água elétricas de forma autônoma, para uso e armazenamento em cisternas. Sobretudo, como ato de resistência cotidiana fica evidente que a apropriação da água pela comunidade demonstra que a água é física, mas também, tem seu papel social.

Por fim, compreende-se que a justiça social no acesso à água, a dignidade humana e a segurança hídrica não são realidade para a comunidade do Assentamento Serra Negra que está localizada a poucos metros do aqueduto do eixo Leste do PISF. Assim, compreende-se que este território se encontra invisibilizado no tocante ao acesso à água.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Casa Civil: Art. 21 e 22, Brasília, 8 Jan. 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 Jun. 2023.

BRASIL. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF). O que é o Projeto de Integração do São Francisco. [S.l.]. CODEVASF: 7 nov. 2017. Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/linhas-de-negocio/projeto-sao-francisco/o-que-e-o-projeto-de-integracao-do-sao-francisco>. Acesso em: 19 set. 2022.

BRASIL. Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). PISF - Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional. [S.l.]. [2018?]. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/processos-em-andamento/pisf>. Acesso em: 08 Jun. 2023.

BRASIL. Agência Pernambucana de Águas e Clima (APAC). PISF. [S.l.]. [2019?]. Disponível em: <https://www.apac.pe.gov.br/pisf>. Acesso em: 01 jun. 2023.

CASTRO, César Nunes de. Água, problemas complexos e o Plano Nacional de Segurança Hídrica. 2022.

COMITÊ DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO (Belo Horizonte). A Bacia. 2025. Disponível em: <https://cbhsaofrancisco.org.br/a-bacia/>. Acesso em: 14 jan. 2025.

RIBEIRO, Wagner Costa. Geografia política da água. Annablume Editora, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Sumário Executivo. Projeto São Francisco, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/projeto-sao-francisco/sumarios-executivos-dos-eixos-estruturantes-norte-e-leste-e-ramais-associados/eixos-estruturantes-norte-e-leste/2021/sumario-pisf-dezembro-2021-v1.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2025.

Palavras-chave: projeto hídrico justiça social no acesso à água resistência cotidiana abastecimento hídrico.